

Tribunal decide que maioria das tarifas de Trump é ilegal, e ele reage

Corte invalidou base legal de tarifas, mas manteve medidas até outubro. Donald Trump promete recorrer à Suprema Corte

Um tribunal de apelações dos Estados Unidos decidiu nesta sexta-feira (29/8) que a maior parte das tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é ilegal, reduzindo a força desse instrumento como um dos pilares de sua política econômica externa. A decisão, por 7 votos a 4, não tem efeito imediato e as tarifas continuarão em vigor até 14 de outubro, prazo para que o governo do republicano recorra à Suprema Corte.

Trump transformou a política tarifária em eixo central de seu segundo mandato, usando sobretaxas sobre importações para pressionar parceiros comerciais e renegociar acordos.

As medidas, segundo seus críticos, trouxeram instabilidade aos mercados, mas, na visão do presidente norte-americano, garantiram maior poder de barganha a Washington.

O tribunal concluiu que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), usada como base jurídica por Trump, não autoriza a imposição de tarifas. O texto, de 1977, prevê sanções contra inimigos externos e o congelamento de ativos, mas não menciona tributos ou barreiras comerciais.

“Nenhuma das disposições inclui explicitamente o poder de impor tarifas, tributos ou similares, nem o poder de taxar”, afirmou a decisão.

O julgamento analisou duas ações: uma movida por cinco pequenas empresas e outra apresentada por 12 estados liderados por democratas, que argumentaram que a Constituição concede ao Congresso — e não ao presidente — a competência para criar impostos e tarifas. A decisão não altera tarifas aplicadas com base em outras legislações, como as sobre aço e alumínio, que seguem afetando o Brasil.

fonte texto -[Manuela de Moura](#)/ metropoles.com

País	Tarifa quando anunciada	Tarifa atualmente	Status da Negociação
Brasil	10%	50%	Carta enviada
Costa Rica	10%	15%	Carta enviada
Bolívia	10%	15%	Carta enviada
Equador	10%	15%	Carta enviada
Reino Unido	10%	10%	Negociação fechada
Filipinas	17%	19%	Negociação fechada
UE	20%	15% (maioria dos produtos)	Negociação fechada
Japão	24%	15%	Negociação fechada

País	Tarifa quando anunciada	Tarifa atualmente	Status da Negociação
Malásia	24%	19%	Carta enviada
Canadá	25%	35%	Carta enviada
Coreia do Sul	25%	15%	Negociação fechada
Cazaquistão	27%	25%	Carta enviada
Tunísia	28%	25%	Carta enviada
México	30%	25%	Carta enviada
África do Sul	30%	30%	Carta enviada
Suíça	31%	39%	Carta enviada
Indonésia	32%	19%	Negociação fechada
Tailândia	36%	19%	Carta enviada
Bangladesh	37%	20%	Carta enviada
Iraque	39%	35%	Carta enviada
Síria	41%	41%	Carta enviada
Myanmar	44%	40%	Carta enviada
Vietnã	46%	20%	Negociação fechada
Laos	48%	40%	Carta enviada
Camboja	49%	19%	Carta enviada

Fonte: Casa Branca

País	Status
União Europeia	Acordo anunciado
Japão	Acordo anunciado
Filipinas	Acordo anunciado
Indonésia	Acordo anunciado
Coreia do Sul	Acordo anunciado
Vietnã	Acordo anunciado

País	Status
Cambódia	Acordo anunciado
Paquistão	Acordo anunciado
Tailândia	Acordo anunciado
Reino Unido	Grande acordo
Canadá	Efetivo
México	Efetivo
China	Efetivo
Rússia	Ameaçado
BRICS	Ameaçado